

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 006/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAIGUARA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 02.959.249/0001-54, com sede à Praça dos Três Poderes, Setor Central, nesta cidade de Paranaiguara, Estado de Goiás, neste ato representado pelo Presidente Sr. **RICARDO ARANTES COSTA VALADÃO**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, residente e domiciliado a Rua 05, nº15, centro, nesta cidade, portador da CI(RG) n.º M8533262 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº. 005.956.691-40.

CONTRATADO: BENILSON CANDIDO RIBEIRO- ME, inscrita no CNPJ nº 14.198.375/0001-12, com sede à Avenida São Paulo, 770, Qd. 82, Lt. 08, Sala 13, Setor Campinas, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

As partes acima identificadas têm, entre si, justos e acertado o presente Contrato de Fornecimento, considerando os expedientes constantes do processo licitatório n.º 002/2013, na modalidade Carta Convite e disposições da Lei nº 8.666/93 com suas alterações, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

DO LOCAL E DATA

Lavrado e assinado na sede da CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAIGUARA, Estado de Goiás, aos 21 (vinte e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui objeto deste instrumento de contrato de fornecimento a Aquisição de Mobiliários de Escritório em geral, conforme anexo I, para reestruturar o prédio da Câmara Municipal de Paranaiguara/GO.

CLÁUSULA SEGUNDA- DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O **CONTRATADO** entregará os produtos na cláusula precedente imediata.

No caso de falta de produto no estoque do **CONTRATADO**, quando da solicitação feita, ficará a mesma obrigada a providenciar de imediato a entrega, sob pena de incorrer nas penalidades descritas na cláusula sexta deste contrato.

O **CONTRATADO** não poderá transferir a responsabilidade do fornecimento nem protelar suas entregas.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor global dos produtos dos quais o **CONTRATADO** sagrou-se vencedora é de R\$20.939,00 (Vinte mil novecentos e trinta e nove reais).

O pagamento será efetuado mediante entrega dos produtos, em duas parcelas, sendo a primeira até o dia 31 de outubro e a segunda até o dia 29 de novembro do corrente ano.

CLÁUSULA QUARTA- DO PRAZO DE FORNECIMENTO

Os produtos constantes do objeto deste instrumento de contrato serão fornecidos de caráter imediato, após assinatura deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA- DOS RECURSOS

Os objetos deste Instrumento de Contrato terão seus custos cobertos com os recursos provenientes da Lei Orçamentária para o exercício de 2013, assim classificados:

0101-01.031.0101-2.001-4.4.90.52-(100)- **MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.**

CLÁUSULA SEXTA- DAS OBRIGAÇÕES PENALIDADES E

MULTAS

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 1- Efetuar através do órgão próprio o controle dos produtos entregues.
- 2- Efetuar os pagamentos na forma e condições contratadas na cláusula terceira.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 1- Realizar o fornecimento do produto na forma proposta e aqui contratada, observando fielmente os quantitativos;
- 2- Apresentar Nota Fiscal preenchida de forma correta e em valores correspondentes aos anotados no certame, em tempo de serem processadas;
- 3- Efetuar a entrega de todos os produtos licitados sem nenhum dano, sob pena de ter que substituí-lo, caso venha acontecer algum acidente durante o seu transporte.

DAS PENALIDADES E MULTAS

Pela inexecução total parcial da proposta, a Câmara Municipal poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes penalidades:

- 1- advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja ocorrido;
- 2- multa moratória diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do Contrato, em caso de atraso na entrega dos produtos, de até 05 (cinco) dias úteis;
- 3- multa moratória diária de 1% (um por cento) do valor total do Contrato, em caso de atraso na entrega dos produtos superior a 05 (cinco) dias úteis, com

base no artigo 86 da Lei nº 8.666, de 1993, até o limite de 30% (trinta por cento) cumulativa, até a sua regularização;

4- multa compensatória de 2% (dois por cento) do valor total do contrato, ou ressarcimento do custo de novos produtos do mesmo tipo e qualidade, ou o que for maior, quando o contratante tiver de realizar nova aquisição para suprir a recusa da entrega por parte da Contratada;

5- suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com o Contratante, por prazo de até 02 (dois) anos;

6- declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Contratante, depois de ressarcidos prejuízos causada e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada na alínea anterior;

7- rescisão do Contrato com as consequências previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA- DOS CASOS DE RESCISÃO

O **CONTRATANTE** poderá declarar rescindido o presente contrato, por motivo de:

- 1- O **CONTRATADO** não cumprir as disposições contratuais;
- 2- Atraso superior a 05 (cinco) dias na entrega dos produtos;
- 3- Subcontratação total ou parcial do fornecimento;
- 4- Dissolução da sociedade ou falecimento dos proprietários ou responsáveis.

5- Decretação de falência da Empresa ou a instauração de insolvência civil dos proprietários;

6- Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e homologados pelo **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**.

O **CONTRATADO** poderá declarar rescindido o presente contrato por motivo de atraso no pagamento.

A rescisão poderá ser feita por acordo entre as partes, ou judicial nos termos da Legislação.

CLÁUSULA OITAVA- DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo **CONTRATANTE**, ou por acordo, na forma da Lei;

As alterações serão processadas através de Termo Aditivo, nos limites permitidos em Lei.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do fornecimento ficará a cargo do **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**, que manterá controle dos quantitativos.

CLÁUSULA DÉCIMA- DO FORO

Fica eleito o **FORO** da Comarca de Paranaiguara, Estado de Goiás, com renúncia de qualquer outra por mais privilegiada que seja para dirimir as causas resultantes deste instrumento.

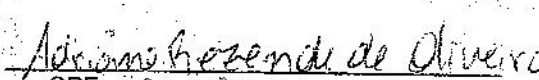
As partes declaram estar de pleno acordo com as condições do contrato, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que abaixo se identificam e assinam.

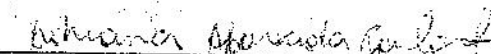
Paranaiguara-GO, 21 de outubro de 2013.

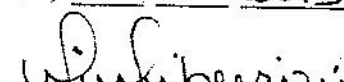

RICARDO ARANTES COSTA VALADÃO
Presidente da Câmara


BENILSON CANDIDO RIBEIRO- ME
Contratado

Testemunhas:


CPF: 083.527.306-32


CPF: 004.235.217-35

APROVADO
Procuradoria Jurídica
Em, 21 / 10 / 2013.

Dr. WISLEY DE ANDRADE RIBEIRO

Wisley de Andrade Ribeiro
Assessor Jurídico
Dec. Adm. 04/08
OAB-GO 20517

14.108.676/001-73
BENILSON CANDIDO RIBEIRO
CPF: 004.235.217-35
CNPJ: 08.594.030
L. 10.273 GOIÁS - GO